

# O vexame da Fiesp

Em manifesto, a turma do agro falou em não tolerar miséria e desigualdade

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Lembra-se daquele pato amarelo que ficava em frente à Fiesp durante as jornadas de manifestações contra o comissariado petista? O doutor Paulo Skaf, que ainda preside a instituição, poderia recolocá-lo na calçada da avenida Paulista. Ou poderia pendurar seu plástico murcho na fachada. Quem imaginou a Fiesp de Skaf pedindo qualquer coisa que desagrade ao governo, inclusive democracia, comprou um lote na Lua. O texto que ele seguiu informa que o triân-

gulo tem três ângulos. Desde o século passado, quando o grão-senhor da "Poderosa" operava uma caixa-nha que em tese financiava o DOI-Codi, a Fiesp é um apêndice do poder. Como o sapo de Guimarães Rosa, não faz assim por boniteza, mas por precisão. Ela é cevada pelos recursos que o Sistema S suga das folhas de pagamento das empresas. Como São Paulo tem indústrias, chegou-se a pensar que de lá sairia algum documen-

to, ainda que morno. A federação do Rio de Janeiro antecipou-se à Fiesp, anunciando que não endossaria manifesto algum. Pudera, muitas fedações e poucas indústrias os males do Rio são. O vexame da Fiesp seria mais um capítulo na sua crônica de subserviência e oportunismo, mas foi um marco na história do empresariado nacional. No mesmo dia em que ela se encolheu, sete entidades do agronegócio divulgaram um manifesto onde disseram

o seguinte: "O desenvolvimento econômico e social do Brasil, para ser efetivo e sustentável, requer paz e tranquilidade, condições indispensáveis para seguir avançando na caminhada civilizatória de uma nacionalidade fraterna e solidária, que reconhece a maioria sem ignorar as minorias, que acolhe e fomenta a diversidade, que viceja no confronto respeitoso entre ideias que se antepõem, sem qualquer tipo de violência entre pessoas ou grupos. Acima de tudo, uma

sociedade que não mais tolere a miséria e a desigualdade que tanto nos envergonham". No final do século passado, quando começou a abertura da economia brasileira, a indústria encaramujou-se no protecionismo, enquanto o setor cosmopolita da agricultura e da pecuária foi à luta, modernizando-se e tornando-se competitivo. Cresceu e hoje representa cerca de 27% do PIB nacional. A indústria encolheu e arrisca cair para a casa de um só dígito. A agricultura e a pecuária brasileira estão contaminadas por agrotrogloditas que formam uma milícia bolsionista e fazem passeatas de tratores. Há 30 anos eles poderiam ser maioria, mas mudaram. Novamente, como o sapo, por precisão. Tome-se o exemplo de Blairo Maggi, um dos empresários de

maior sucesso nesse setor. Bilionário, foi ministro da Agricultura e governador de Mato Grosso. Em 2005 a ONG Greenpeace concedeu-lhe o prêmio Motosserra de Ouro. Desde o primeiro momento dos delírios bolsionistas, Maggi dissociou-se dos agrotrogloditas. Mostra que as bravatas piromaniacas nenhum benefício traziam para os empresários. Há poucas semanas, quando o pitoresco Sérgio Reis falou em invadir o Senado, como o apoio do presidente de uma associação de plantadores de soja, Maggi foi rápido: "[Ele] não pode usar a associação para isso. (...) Tem o direito de ir (à manifestação de 7 de Setembro), mas não pode falar em nome da entidade. Para isso, precisaria submeter o assunto a uma assembleia e conseguir o apoio da maioria".

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvío Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli



O vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro caminha pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília Pedro Ladeira -13.jan.21/Folhapress

# Justiça autoriza quebra sigilo bancário de Carlos Bolsonaro

Defesa diz que vereador investigado por 'rachadinha' está à disposição da Justiça

RIO DE JANEIRO A Justiça do Rio de Janeiro autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) em investigação de desvio de recursos públicos em seu gabinete na Câmara Municipal do Rio. O pedido do Ministério Público, revelado pela GloboNews e confirmado pela Folha, mirou o filho de Jair Bolsonaro e outras 26 pessoas, incluindo a ex-mulher do presidente, a advogada Ana Cristina Siqueira Valle, que também teve seus sigilos quebrados. A suspeita contra Carlos é a prática de "rachadinha", num esquema semelhante ao atribuído ao irmão, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ). Nele, os funcionários são obrigados a devolver parte do salário para o parlamentar. Ana Cristina é suspeita de ser operadora do esquema no gabinete de Carlos. Ela teve sete parentes empregados na Câmara, uma delas Andrea Siqueira Valle, que também é investigada no caso de Flávio. A ex-mulher do presidente teve dez familiares empregados no antigo gabinete do senadora na Assembleia Legislativa. Em nota, a defesa do vereador disse que ele "permanece à disposição para prestar qual-

quer tipo de esclarecimento". A investigação foi aberta depois de notícias sobre funcionários lotados no gabinete de Carlos que aparentemente não prestavam serviço para o vereador. A Folha revelou dois desses casos em 2019. Em abril, a reportagem descobriu que Carlos empregou até janeiro uma idosa que mora em Magé, a 50 km do centro do Rio. Nadir Barbosa Goes, 70, negou à Folha que tenha trabalhado para o vereador. Ela recebia, como oficial de gabinete, uma remuneração de R\$ 4.271 mensais. Nadir é irmã do militar Edir Barbosa Goes, 71, atual assessor do filho do presidente. A mulher dele, Neula de Carvalho Goes, 66, também foi exonerada pelo vereador. A reportagem encontrou o militar em sua residência, vestindo uma bermuda e camisa do Brasil, às 13h de uma segunda-feira. Irritado, o funcionário da Câmara se negou a responder às perguntas e disse que caberia ao gabinete prestar esclarecimentos. "Eu não sou obrigado a trabalhar todos os dias lá. Não tem espaço físico", afirmou. A reportagem quis saber qual função o militar desempenha. "Não importa", respondeu.

Edir também afirmou que a intenção da Folha, ali, seria a mesma de reportagem que revelou que Walderice Conceição, vendedora de açaí em Mambucaba, na costa verde do Rio, era assessora fantasma do então deputado federal Jair Bolsonaro. A reportagem do chefe de gabinete de Carlos Bolsonaro, Jorge Luiz Fernandes, disse que esses funcionários entregavam mala direta para a base eleitoral do vereador em Campo Grande, na zona oeste do Rio, e anotavam as reivindicações dos eleitores, principalmente de militares. Para trabalhar na entrega de correspondências, Nadir teria de percorrer uma distância diária de mais de 130 km. Outra funcionária suspeita de ser fantasma revelada pela Folha é Cileide Barbosa Mendes, 43, espécie de faz-tudo da família Bolsonaro. Enquanto esteve lotada no gabinete de Carlos, ela apareceu como responsável pela abertura de três empresas nas quais utilizou como endereço o escritório do hoje presidente da República Jair Bolsonaro. Na prática, porém, ela era apenas laranja de um tenente-coronel do Exército —ex-marido da segunda mulher

de Bolsonaro — que não podia mantê-la registrada no nome dele como militar da ativa. Após ter sido babá de um filho de Ana Cristina Valle (que foi companheira de Bolsonaro e é mãe de Renan, filho dele), Cileide foi nomeada em janeiro de 2001 no gabinete de Carlos, que era vereador recém-eleito. Novato na política, Carlos tinha 18 anos na época. No início de 2019, porém, ele fez uma limpeza em seu gabinete, assim que o pai assumiu o Palácio do Planalto. Nos meses de janeiro e fevereiro, o vereador exonerou nove funcionários. Cileide foi um deles, demitida após 18 anos —recentemente com remuneração de R\$ 7.483. A carga horária prevista para assessores comissionados da Câmara Municipal do Rio é de seis horas diárias, que não precisam ser cumpridas no espaço físico da Casa. Esses funcionários não batem ponto e têm a frequência assinada pelo próprio vereador. O MP-RJ também aponta suspeitas no uso de dinheiro vivo por parte do vereador. Ele cita o uso de recursos em espécie, por R\$ 150 mil, na aquisição de um imóvel, e para o pagamento de dívida de R\$ 15,5 mil com uma corretora.

# Presidente propõe fundão eleitoral para 2022 de R\$ 2,1 bilhões

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro propôs que o fundo eleitoral receba R\$ 2,1 bilhões em 2022, após ter vetado projeto que permitiria R\$ 5,7 bilhões para o financiamento das campanhas. Aliados do presidente, porém, negociam um valor intermediário, entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões —patamar acima do que foi usado no pleito de 2018 e 2020, ambos na faixa de R\$ 2 bilhões. A área econômica do governo defende o patamar de R\$ 2,1 bilhões, como previsto no projeto de Orçamento de 2022 apresentado nesta terça (31) pela pasta da Economia. No entanto, essa é apenas mais uma fase das tratativas sobre o tamanho do fundo para as campanhas. O Congresso tem o poder de remanejar o dinheiro na proposta de Orçamento e, com isso, destinar mais recursos para o caixa dos partidos. O uso de dinheiro público para campanhas eleitorais opõe grupos de sustentação de Bolsonaro. Para a base ideológica, ele precisa sinalizar contra o fundo. Ao centrão, coalizão de partidos que passou a integrar a base do governo após a liberação de cargos e emendas, o presidente precisa garantir recursos para a eleição. O valor de R\$ 2,1 bilhões proposto no Orçamento de 2022 apenas corrige o tamanho do fundo de anos anteriores pela inflação, como queria a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia). O número, porém, contraria as expectativas do Congresso. Líderes partidários querem insistir no valor de R\$ 5,7 bilhões ou de, pelo menos, R\$ 4 bilhões. Bolsonaro chegou a indicar que aceitaria o patamar de R\$ 4 bilhões para o fundo, mas não explicou como iria

prever esse valor em 2022. Depois, o Palácio do Planalto mudou de estratégia e decidiu deixar a negociação sobre o fundo para o projeto de Orçamento, que só deve ser aprovado em dezembro. A contradição de Bolsonaro em relação aos recursos para campanha eleitoral se acumula desde 2019, quando ele tinha que decidir sobre o fundo de 2020. No final de 2019, poucas horas depois de sinalizar que vetaria o valor de R\$ 2 bilhões para as eleições municipais de 2020, Bolsonaro recuou e acabou dando aval, argumentando que, do contrário, poderia ser alvo de um processo de impeachment. O presidente se elegeu com gasto de campanha reduzido em relação a outros candidatos ao Palácio do Planalto. No entanto, líderes do centrão avaliam que a fórmula precisa mudar para a corrida eleitoral de 2022. Mesmo se optar por uma campanha à reeleição enxuta, Bolsonaro ainda tem que lidar com a pressão de aliados políticos que querem garantir mais dinheiro para as eleições.

**Câmara acelera projeto que muda leis eleitorais**

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça (31) o requerimento de urgência do projeto que muda a legislação eleitoral, prevê quarentena de cinco anos para militares e juizes, traz restrições às pesquisas eleitorais e esvazia regras de fiscalização e punição a candidatos e partidos que façam mau uso das verbas públicas. O texto será votado pelo plenário da Câmara na quinta (2). Entidades de defesa da transparência apontam retrocessos e atropelos no debate.

# MPF processa União por danos causados por Moro e Lava Jato

SÃO PAULO O Ministério Público Federal (MPF) em Mossoró, no Rio Grande do Norte, ajuizou uma ação civil pública contra a União por danos morais coletivos causados aos brasileiros pela Operação Lava Jato e pelo ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro. A ação diz que o então magistrado atuou de modo parcial e inquisitivo, influenciando indevidamente as eleições de 2018 e o impeachment de

Dilma Rousseff (PT). Diz, ainda, que Moro contribuiu para a erosão democrática, abrindo caminho para um "populismo com traços fascistas". Os procuradores Emanuel Ferreira e Camões Boaventura assinam a ação. Eles destacam que não utilizam prova da Operação Spoofing, que consideram ser material ilícito para fins de responsabilização. Mônica Bergamo e Bianka Vieira